**LEI Nº 2.536, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

Autoriza repasse de recursos financeiros mediante Convênio à Associação de Apoio a Criança e a Família de Sorriso - APCFS, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros, mediante convênio, Associação de Apoio a Criança e a Família de Sorriso - APCFS, inscrita no CNPJ sob nº 08.702.932/0001-98, cadastrada junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

**Parágrafo único.** O valor dos recursos financeiros a serem repassados é de R$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais), que serão pagos em parcela única até o dia 10 de novembro de 2015.

**Art. 2°** Os recursos financeiros que dispõe o artigo 1° desta Lei serão destinados para manutenção de programas de proteção e sócio-educativos voltados à criança e ao adolescente de entidades cadastradas no CMDCA – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preconizado no artigo 28 da Lei Complementar Municipal n° 025/2005.

**Art. 3°** Os recursos deverão ser aplicados na forma estabelecida no Plano de Trabalho da instituição que fará parte integrante do convênio.

**Art. 4º** Para atender as despesas oriundas desta Lei serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária vigente, à seguinte conta:

08 – Secretaria de Ação Social

08.002 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

08.02.08 – Assistência Social

08.002.08.243 – Assistência à criança e ao adolescente

08.002.08.243.0009 – Apoio Administrativo

08.002. 08.243.0009.1018 – Real. Ativ. Med. Repasses de Conv. - FMDCA

08.002.08.243.0009.1018.337041(709) – Contribuições

**Art. 5º** As Entidades favorecidas por esta Lei deverão prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até o dia 31 de janeiro de 2016.

**§ 1º** A Prestação de Contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruída com os seguintes documentos:

1. Ofício encaminhando a Prestação de Contas;
2. Anexos previstos na Instrução Normativa Municipal n° 017/2009;
3. Xerocópias dos documentos suportes de despesa;
4. Devolução de saldo se houver.

**§ 2º** A Prestação de Contas e demais Documentos que comprovem a real aplicação dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos ordenadores de despesa da Entidade conveniada.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 03 de novembro de 2015.

 **DILCEU ROSSATO**

 Prefeito Municipal

 **Marilene Felicitá Savi**

Secretária de Administração